

Discurso do Primeiro-Ministro

Debate sobre o Estado da Nação

21 de julho de 2021

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Permitam-me que vá direto ao tema deste debate: O que nos exige o Estado da Nação?

Da pandemia ressaltam cinco prioridades claras.

Primeira: completar o processo de vacinação

Estamos numa corrida contra o tempo, uma corrida entre a vacinação e a sucessão de novas variantes.

Temos cumprido as metas fixadas e, como previsto, **em meados de agosto teremos 73% da população adulta com a vacinação completa e 82% com pelo menos a primeira dose administrada.**

É tempo de alargar a nossa ambição e garantir também a proteção das crianças e jovens. E devemos fazê-lo atempadamente, de modo a que o novo ano letivo se possa reiniciar sem risco de novas interrupções do ensino presencial.

Aguardamos uma decisão final da Direção Geral de Saúde sobre a vacinação desta população. Mas **tudo está preparado para nos fins de semana entre 14 de agosto e 19 de setembro serem administradas as duas doses de vacina às cerca de 570 mil crianças e jovens entre os 12 e os 17 anos.**

Segunda: prosseguir o reforço do SNS

Ficou bem demonstrada a importância do investimento iniciado em 2016 nos recursos humanos, que permitiu reforçar o SNS com mais 28.984 profissionais de saúde (+24%, entre os quais se incluem mais 5.820 médicos, mais 10.734 enfermeiros, mais 1.996 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica), dos quais 4.366 desde final do ano passado.

Importa agora assegurar a sua vinculação através dos concursos já abertos e iniciar a concretização do regime de dedicação plena, conforme previsto no Programa do Governo e na Lei de Bases da Saúde.

O investimento no SNS não começou, nem pode esgotar-se no combate à pandemia. Por isso dedicámos 1.383 M€ do PRR para, por exemplo, reforçar os programas de saúde mental e oral, equipar os centros de saúde com meios complementares de diagnóstico, criar novas unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde nas regiões de baixa densidade, abrir mais 5.500 camas de cuidados continuados e outras 400 para cuidados paliativos.

Terceira: recuperar as aprendizagens

A suspensão das atividades letivas presenciais afetou o processo de aprendizagem de muitos alunos e acentuou as desigualdades.

É por isso essencial executar, ao longo dos próximos dois anos letivos, um ambicioso Plano de Recuperação das Aprendizagens.

Este plano prevê, por um lado, uma maior autonomia pedagógica das escolas, na organização do calendário escolar, na adaptação do currículo e na gestão flexível das turmas. **Por outro lado, prevê-se um aumento**

do número de professores e técnicos especializados nas escolas, designadamente através do reforço de créditos horários e do alargamento dos programas de tutoria para apoiar os alunos com maiores dificuldades.

No total, entre o reforço de recursos humanos, a sua formação contínua, a aposta em novos recursos digitais e o apetrechamento das escolas, iremos investir nos próximos dois anos cerca de 900 M€ para promover o sucesso escolar e garantir que esta geração não fique prejudicada nem irremediavelmente marcada pela Covid.

Quarta: executar uma Agenda do Trabalho Digno

A pandemia evidenciou, por um lado, a necessidade de melhor regular o teletrabalho e o trabalho em plataformas digitais, e, por outro, a enorme desproteção social que a precariedade acarreta.

Em especial, foi patente as formas chocantes de esconder verdadeiras e próprias relações de trabalho, através da informalidade, intermitência, rotatividade, atividades supostamente independentes ou mesmo empresariais. Este trabalho tem de ser reconhecido, valorizado e devidamente enquadrado, com a necessária proteção e dignidade.

Sejamos claros: por exemplo, as empresas de trabalho temporário são um instrumento de flexibilidade, mas não podem ser um instrumento de precarização.

É neste contexto que, **ainda esta manhã, a Ministra do Trabalho apresentou ao Conselho Permanente de Concertação Social a nossa Agenda para o Trabalho Digno, que visa, nomeadamente, pôr cobro a muitas situações de abuso e corrigir os mecanismos que permitem perpetuar situações de precariedade inaceitável.**

Quinta: pôr em ação a recuperação

Faz hoje precisamente um ano que, em Bruxelas, se concluiu um Conselho Europeu histórico, em que os 27 Estados-Membros acordaram em responder à crise económica e social através de um Programa sem precedentes, de montante superior ao próprio Plano Marshall.

Durante a Presidência Portuguesa assegurámos a plena operacionalização, quer do Plano de Recuperação, quer dos vários programas do próximo Quadro Financeiro Plurianual e agora é tempo de executar o PRR, mas também o PT 2030.

Apresentaremos à Comissão Europeia, em setembro, a proposta de Acordo de Parceria e, até ao final do ano, todos os Programas

Operacionais de modo a arrancarmos logo no próximo ano com a execução dos 23,2 mil M€ do PT 2030.

Temos assim um total de 40 mil M€ ao serviço da transformação da economia e da sociedade.

Quanto ao PRR, fomos os primeiros a apresentar e a ver aprovado o nosso Plano. Agora temos de ser os melhores a executar, com todo o rigor e a maior transparência.

Foi isso que já começámos a fazer ao longo das últimas semanas, com o lançamento de concursos e protocolos, no domínio da mobilidade sustentável, da habitação acessível, da reforma da floresta, da eficiência energética, do investimento empresarial, das qualificações e, ainda esta manhã, para reforçar, alargar e lançar novas respostas sociais, em parceria com as Misericórdias, IPSS, Mutualidades e Cooperativas.

O grande desafio que temos pela frente consiste em recuperar desta crise pandémica, resolvendo ao mesmo tempo os problemas estruturais que afetam a competitividade da nossa economia e enfrentando as vulnerabilidades da nossa sociedade.

Temos de sair desta crise mais fortes, para irmos mais além e mais rápido na convergência com os países mais desenvolvidos da União Europeia.

A trajetória para a convergência é clara: mais qualificações, mais inovação, mais bens e serviços de maior valor acrescentado, asseguram maior competitividade e mais e melhor emprego.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

É precisamente por termos esta ambição que as prioridades que ressaltam da pandemia, não esgotam a ação do Governo.

A pandemia não nos desviou das quatro agendas estratégicas que nos guiam e que agora ganham novo impulso com o reforço dos recursos para as executar.

A **primeira dessas agendas** foca-se em dois dos principais desafios que enfrentamos enquanto sociedade: **o desafio demográfico e o combate às desigualdades**. Uma agenda que coloca as pessoas no centro dos objetivos das políticas públicas.

Os **8 600 milhões de euros que escolhemos dedicar a esta agenda** asseguram, desde logo, que podemos prosseguir de forma robusta as

políticas de inclusão e combate à pobreza, de ação social escolar e as políticas de emprego.

Trata-se de um reforço claro: por cada euro disponível no anterior quadro comunitário, temos agora quase 2,7 euros dedicados à coesão social.

De entre as várias políticas públicas, a que porventura melhor serve o duplo objetivo de redução das desigualdades e de enfrentar o desafio demográfico é a **Nova Geração de Políticas de Habitação**.

Por um lado, promovendo um parque público de habitação para arrendamento a custos acessíveis. Uma resposta essencial às necessidades das classes médias, em especial os mais jovens, contribuindo para que possam concretizar, de forma plena e livre, os seus projetos de vida.

Por outro, assegurando habitação condigna aos milhares de famílias que as Estratégias Locais de Habitação têm identificado como vivendo em condições de carência.

Já temos acordos de colaboração assinados com 71 Municípios e são cerca de 180 os municípios com estratégias em preparação.

Com financiamento de 100% a fundo perdido, com a mobilização do património público devoluto e com este trabalho de parceria com os

Municípios podemos ter confiança que cumpriremos a meta do realojamento de 26.000 famílias até 25 de Abril de 2024.

A segunda agenda está centrada nos motores de crescimento económico: a digitalização, a inovação e as qualificações.

Os mais de 15,5 mil milhões de euros de recursos representam um aumento de mais de 70% face aos disponíveis no período 2014-2020.

A maior parcela do nosso investimento é assim, na modernização da economia.

Com os recursos adicionais de que dispomos, conseguiremos reforçar a aposta na **Ciência e na Inovação**, com um envelope financeiro próprio que ultrapassará os 1100M€, a que acrescem os montantes captados em programas como o Horizonte Europa.

E reforçaremos também os apoios e incentivos ao tecido empresarial, prosseguindo a nossa estratégia de **promoção do investimento privado**, gerador de empregos de qualidade.

Reforçaremos de forma mais robusta e ambiciosa a aproximação entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, com as **Agendas Mobilizadoras para a Inovação**.

Estas agendas são um instrumento de reindustrialização do país que se destinam a apoiar projetos transformadores da nossa base produtiva, fomentando a valorização económica e social do conhecimento e a incorporação nacional.

É um programa que já está em marcha, com o processo de manifestação de interesse aberto até ao final de setembro.

E é também o conhecimento e a inovação que mobilizam importantes investimentos na Agricultura e no Mar.

Por outro lado, escolhemos triplicar os recursos que dedicamos às qualificações e competências dos jovens e dos adultos.

Com este reforço histórico nas verbas disponíveis, vamos apoiar 30 mil jovens em cursos profissionais nas áreas emergentes e na formação superior nas áreas STEAM.

E vamos também qualificar, requalificar, e capacitar mais de 1.145.000 trabalhadores nas áreas digitais.

São objetivos ambiciosos, que exigem ação imediata. Por isso mesmo, abrimos há precisamente um mês as candidaturas para o Impulso Adultos e o Impulso Jovens STEAM. E, no âmbito da iniciativa Emprego + Digital, temos já 42 mil trabalhadores em formação.

A transição digital é um investimento transversal.

Por exemplo, na redução dos custos de contexto e na desburocratização, com forte investimento na digitalização da **justiça e da administração pública**. Ou na **Cultura**, com investimentos que permitirão equipar mais de 230 bibliotecas públicas e mais de 150 cineteatros e centros de arte; apoiar a tradução ou a edição de mais de 5000 obras literárias, incluindo audiobooks e ebooks; ou, ainda, digitalizar acervos e espólios, maximizando o acesso à riqueza do nosso património cultural.

A terceira agenda reforça o combate às alterações climáticas.

Também aqui, quase triplicámos os recursos à disposição do país, dotando-o dos meios para impulsionar o crescimento verde e a economia azul e para concretizar as metas climáticas em que fomos pioneiros e que a Lei Europeia do Clima aprovada na nossa presidência alargou ao conjunto da União.

Desde logo, através de um investimento sem precedentes na **mobilidade sustentável** e na **eficiência energética dos edifícios**. São estas as principais fontes de emissões de CO2 e não será possível uma verdadeira transição verde sem uma aposta decisiva nestas duas dimensões.

Lançámos já os primeiros concursos para o reforço das linhas de metro e abrimos já as candidaturas para a renovação energética de edifícios,

que está a suscitar uma mobilização extraordinária dos portugueses, **com mais de 13.000 candidaturas já apresentadas e com mais de duas centenas com pagamentos já efetuados.**

Finalmente, a quarta agenda temática foca-se na coesão territorial, maximizando assim o potencial competitivo do país no seu conjunto, da centralidade atlântica dos Açores e da Madeira à centralidade peninsular das regiões de fronteira.

Com os **6,6 mil milhões de euros que dedicamos** agora a esta agenda, prosseguiremos os investimentos nas nossas **escolas, nas unidades de saúde, no património, na floresta.**

Mas a coesão do território tem de assentar na conectividade, física e digital.

Foi por isso que, ainda a semana passada, **aprovámos a maior compra de comboios da história da CP.** E que assegurámos as verbas necessárias para a renovação dos nossos Portos.

Foi também por isso que nos batemos, em Bruxelas, por **ligações rodoviárias transfronteiriças e pela conclusão dos missing links** essenciais para o desenvolvimento e para a qualidade de vida das populações dessas regiões.

E foi ainda por isso que nos comprometemos com a **cobertura de fibra ótica em todo o país** e, ainda, reservámos o financiamento necessário para a **cobertura progressiva de 5G nos territórios de baixa densidade**, fonte de crescimento e desenvolvimento futuro.

Em suma, não pecamos por falta de visão estratégica, mas também não nos quedamos na contemplação do futuro. Concretizamos a visão em programas, projetos e ações. E este, é mesmo, tempo de ação.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

De forma transversal às prioridades emergentes da pandemia e a todos os desafios estratégicos, está um imperativo de boa governação. Que passa, antes de mais, pela melhoria da qualidade da democracia.

A execução da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, a reforma da estrutura de comando das Forças Armadas, a separação das funções policial e administrativa na relação do Estado com os imigrantes, a reforma da rede consular, o desenvolvimento do Portal da Transparência,

são um conjunto coerente de reformas que melhoram as nossas instituições e que se impõem para alcançarmos um Estado mais transparente e mais eficiente.

Exigência tanto maior, quanto o importante reforço de recursos de que Portugal vai dispor nos impõe acrescida responsabilidade, não só no rigor da sua boa aplicação, mas sobretudo **no dever que temos perante as novas gerações de alcançar os objetivos a que nos comprometemos.**

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Há um ano, afirmei aqui que o estado da nação era o de uma nação em luta. **Dessa luta nos estamos agora a reerguer.**

Com a dor do luto por aqueles que perdemos no caminho e com as cicatrizes dos sacrifícios que todos tivemos de fazer ao longo destes meses de exceção.

Mas reerguemo-nos. **Unidos, mais fortes e determinados a construir um país melhor, mais resiliente e mais preparado para vencer os desafios do futuro.**

Quero louvar o trabalho absolutamente notável que os **profissionais de saúde** têm vindo a realizar e agradecer-lhes o empenho e a dedicação com que diariamente combatem esta pandemia, salvando vidas, tratando doentes, investigando surtos ou acompanhando os isolamentos profiláticos.

Todos testemunhámos o esforço extraordinário que **professores, assistentes operacionais, alunos e famílias** fizeram para que a educação continuasse quando as escolas tiveram de fechar.

Devemos reconhecimento a todos os que na linha da frente, como os **funcionários dos lares, das autarquias, da Segurança Social ou os elementos das forças de segurança**, têm sido fundamentais no cuidado aos portugueses.

Uma saudação enfática às nossas **Forças Armadas** que demonstraram todas as suas capacidades e mais valia, no desempenho de todas as missões que lhes foram confiadas.

Mas um reconhecimento muito especial é devido às empresas e trabalhadores que na retaguarda nunca pararam e asseguraram que do prado ao prato nada nos faltasse; que enfrentaram os pesados sacrifícios de encerramento forçado ou cortes no vencimento; que provaram a resiliência, o espírito empreendedor, a capacidade de iniciativa dos nossos empresários, que asseguraram:

- **a contenção da taxa de desemprego em 7,1%;**
- **um valor de exportações de bens nos primeiros meses de 2021 superior ao do período homólogo de 2019;**
- **que o primeiro trimestre de 2021 tivesse fixado um novo máximo de investimento empresarial, pelo menos desde 1999, início da série estatística.**

Estes são os exemplos que nos devem inspirar!

Depois de ano e meio particularmente exigente em que o combate à pandemia se sobrepôs a tudo o resto, **é tempo de olhar em frente, e pôr mãos à obra**, para responder às prioridades e superar os desafios.

O mote da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia foi: “é tempo de agir”. E agimos.

Esse é um desígnio que continua atual. É mesmo tempo de agir.

Todos estamos convocados para esta tarefa. Todos estamos convocados para responder aos problemas dos portugueses e não deixar ninguém para trás. Com sentido de responsabilidade e um imperativo de urgência, este é o momento de abrir uma nova janela de esperança e aproveitar as oportunidades irrepetíveis que os próximos tempos nos trarão.

Esse é o nosso dever, esse é o meu dever, esse é o dever que todos temos de honrar!